



A relação Portugal-Timor-Leste: O legado colonial e as vicissitudes atuais

Giovana S. R. Lana¹

Paulo A. B. Duarte²

RESUMO:

Este artigo procura investigar quais são os impactos preponderantes do legado colonial português em Timor-Leste e da atual contribuição e investimento económico de Portugal no país. Ao longo deste artigo será explorada a resposta à seguinte questão: "Quais são os impactos preponderantes resultantes do legado colonial e da contribuição contemporânea de Portugal em Timor-Leste?". Com efeito, o estudo aqui apresentado tem como objetivo abordar as lacunas presentes na literatura ao analisar não apenas os impactos coloniais que Portugal teve em Timor-Leste, mas também a contribuição contemporânea portuguesa nessa nação. A partir dessa análise, conclui-se que a herança portuguesa permanece como um elemento integral da identidade cultural de Timor-Leste, sendo essencial para a riqueza e diversidade da sociedade timorense. Quanto à cooperação portuguesa atual, percebe-se que ela desempenhou um papel importante no cenário socioeconómico de Timor-Leste, porém enfrenta críticas quanto à falta de um real impacto, à necessidade de uma abordagem mais estratégica e sustentável e a geração de desconfiança entre a população local.

PALAVRAS-CHAVE:

Cooperação portuguesa;
Legado colonial;
Portugal;
Timor-Leste.

¹ Mestranda em Comércio Internacional e Gestão de Envios na Frederick University e analista de comércio exterior.

² Professor Auxiliar na Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto e investigador integrado do CEAD Francisco Suárez.

1 Introdução

A partir do século XVII, a territorialidade emergiu como o principal pilar do Império português. Apesar do Brasil ser o principal representante desse poder imperial, essa dinâmica também se evidenciou em várias regiões africanas e asiáticas, especialmente nas proximidades de Goa, Damão e Diu, e em Timor-Leste (COSTA E LACERDA, 2007). Desse modo, a relação entre Portugal e Timor-Leste é profundamente entrelaçada em uma narrativa complexa que remonta aos primórdios da era dos Descobrimentos. No século XVI, exploradores portugueses desembarcaram nas terras timorenses, estabelecendo uma presença que viria a moldar irreversivelmente o destino do povo local. Por séculos, Timor-Leste permaneceu sob domínio colonial português, enfrentando transformações culturais, sociais e económicas que ecoam até os dias atuais, mesmo após sua independência em 1975 (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, S.D.).

É essencial destacar ainda que, em 1948, Portugal tornou-se um dos países fundadores da Organização para a Cooperação Económica Europeia (mais tarde, na OCDE) e membro fundador do seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) em 1961. Observa-se, a partir dessa altura, a afirmação internacional de Portugal, com políticas e práticas de cooperação para o desenvolvimento, as quais progressivamente tornaram-se em um dos vetores essenciais da política externa portuguesa. Por cooperação para o desenvolvimento entende-se o conjunto de ações de cooperação, a fim de promover o desenvolvimento económico e social sustentável em países em desenvolvimento, por meio de subsídios ou empréstimos. Desse modo, há a projeção de Portugal no sistema internacional, além da potencialização de relações privilegiadas com os seus principais países beneficiários (nomeadamente, as suas ex-colônias) (MESQUITA, 2004; CARDOSO ET AL, 2012).

Historicamente a prioridade e preferência dadas de Portugal tem sido aos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e a Timor-Leste. Desse modo, além do legado colonial, é fundamental analisar a contribuição e o investimento contemporâneo de Portugal em Timor-Leste, uma vez que, nas últimas décadas, Portugal tem se disposto a desempenhar um papel ativo no apoio ao desenvolvimento económico e social do país, estabelecendo laços que transcendem as fronteiras do passado colonial (FREIRE, 2017).

As décadas anteriores testemunharam uma proliferação de obras e artigos que retratam o passado colonial de Timor-Leste. Contudo, observa-se uma notável lacuna na literatura timorense e portuguesa quanto a uma análise que envolva as duas perspectivas, isto é, inclua não só especificamente os impactos coloniais causados por Portugal em Timor-Leste, assim como também aborde a contribuição e investimento económico português atual nesse Estado.

Desse modo, este artigo tem como objetivo responder à seguinte questão: "Quais são os impactos preponderantes resultantes do legado colonial e da contribuição contemporânea de Portugal em Timor-Leste?". A fim de responder à referida pergunta, utiliza-se uma análise qualitativa, com recurso a fontes primárias (entre as quais, as agências de notícia O Globo, Observador, Portal Diplomático e do Instituto Camões) e secundárias (entre as quais, *The Paradox of Aid in Timor-Leste* de Guteriano Neves e *Para além das cinzas: uma avaliação crítica da cooperação portuguesa para o desenvolvimento em Timor-Leste* de Daniela Freire). É importante mencionar que o período de análise é do século XVI, desde a chegada dos portugueses a Timor, ao XXI, quando os timorenses alcançaram a liberdade após a ocupação da Indonésia. O presente artigo tem como objetivos específicos entender quais foram os principais impactos causados pela colonização portuguesa no país, assim como o resultado da atual contribuição de Portugal em Timor. Dessa maneira, este artigo será dividido em três secções: a primeira tratará da história colonial portuguesa no território timorense, assim como os principais impactos sociais, culturais e económicos; a segunda abordará a descolonização de Timor-Leste, incluindo o processo de reconstrução e os desafios pós-independência; por fim, a última parte terá enfoque na contribuição portuguesa atual para o Estado timorense e sua população.

2 História de Portugal em Timor-Leste

Desde meados do século XVII, a territorialidade tornou-se a principal base do Império, encontrando sua máxima manifestação no Brasil. No entanto, essa dinâmica também se fez presente em diversas áreas africanas (precursores das colónias dos séculos XIX e XX) e asiáticas, sobretudo na região próxima a Goa, nas localidades de Damão e Diu, e ainda na ilha de Timor (COSTA E LACERDA, 2007).

Foi no início do século XVI que os portugueses chegaram a Timor no contexto das suas expedições marítimas ao “Novo Mundo” (PORTAL DIPLOMÁTICO, S.D.). Estes exploradores procuravam o sândalo branco (*Santalum album*) entre outras especiarias para abastecer os mercados chinês e indiano. Curiosamente, a estabilização portuguesa em Timor levou cerca de 50 anos, tendo sido bem-sucedida em 1566, quando os frades dominicanos se fixaram através de um forte na região (SARMENTO, 2007). Após terem sido alvo de ataques holandeses, os Topazes (a população cristã de Solor, como eram conhecidos entre os atacantes) realocaram-se na ilha das Flores e, mais tarde, em Lifau, Timor. Os Topazes, um povo culturalmente miscigenado, reconheciam obediência ao Rei de Portugal ao mesmo tempo que nem sempre eram fiéis para com o vice-rei em Goa. Efetivamente, acabaram por fazer diversas investidas violentas pelo interior de Lifau com o objetivo de estender o seu

domínio nas zonas onde o sândalo prosperava. Paralelamente, os holandeses transferiram-se de Solor para Timor. Dessa maneira, no século XVII, os portugueses não controlavam qualquer área de Timor, nem mantinham uma presença administrativa ou militar. Apenas em 1702 ocorreu o estabelecimento do primeiro assentamento permanente em Lifau. Nesse ano, a construção de um pequeno forte marcou o ponto central do domínio português nas décadas seguintes, representando a transferência de influência das Flores para Timor (IBIDEM).

Outrora ocupado pelos holandeses, Cupão foi alvo de invasão pelos Topazes ao mesmo tempo que a autoridade portuguesa também foi fortemente contestada, exteriorizando-se através de revoltas (IBIDEM). Contudo, como será estudado mais à frente, a presença portuguesa deixou marcas profundas não só na cultura, mas também na religião.

Já no século XX, Portugal enfrentou uma revolução interna que levou à sua retirada das colônias africanas, mas a situação em Timor-Leste tornou-se mais complexa. Em 1975, Portugal anunciou sua intenção de conceder a independência a Timor-Leste, o que acabou por desencadear uma breve guerra civil entre dois polos: pró-independência e pró-integração com a Indonésia. Aproveitando a instabilidade, as forças indonésias invadiram Timor-Leste em dezembro de 1975, ocupando o território e anexando-o unilateralmente. O conflito resultou em décadas de resistência e violência, com os timorenses a lutarem pela independência. Portugal teve um papel preponderante nesta luta pela libertação. A relação entre Portugal e Timor-Leste evoluiu para uma parceria amistosa, com ambos os países a partilharem laços culturais e históricos (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, S.D.).

2.1 O período colonial português em Timor: impactos sociais, culturais e econômicos

No terceiro quarto do século XVI, graças aos primeiros frades dominicanos portugueses, surgiu um aumento progressivo da influência religiosa, paralelamente à consolidação do controle português. A evolução cultural seguiu uma trajetória oposta àquela observada nas atuais ilhas indonésias de Java, Sumatra, e nas zonas costeiras de Kalimantan e Sulawesi, onde o islamismo se disseminou de forma crescente (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, S.D.).

Nas áreas de Timor, Solor e Flores, a permanência do controle português perdurou devido à efetividade da disseminação da fé, conduzida pelos dominicanos, e em razão da sociedade miscigenada que prosperou nesses lugares.

No cenário do Sudeste Asiático, apenas em Timor; os Portugueses conseguiram resistir aos ataques dos Holandeses. Essa resistência encontra explicação nas alianças formadas entre os descendentes mestiços, que possuíam ascendência asiática e europeia, e os líderes nativos. A presença portuguesa acabou por dar origem a duas

rotas comerciais significativas que ligavam Timor a Malaca e à China, principal consumidor de sândalo na área (COSTA e LACERDA, 2007). Em Timor, os missionários, principalmente os frades dominicanos, não só se empenharam na conversão ao Cristianismo dos líderes locais, conhecidos como régulos, mas também influenciaram diretamente a dinâmica política da região. Ao adotarem o Cristianismo, os régulos, por sua vez, colocavam-se sob a suserania portuguesa, estabelecendo uma ligação religiosa e política que perduraria ao longo dos anos (IBIDEM).

O processo de evangelização em Timor foi facilitado devido à prática do animismo, caracterizado por uma forma de "consciência" monoteísta. Em terras timorenses, não foram identificados vestígios nem do hinduísmo, nem do islamismo, o que propiciou a difusão do catolicismo. Esse desempenhou um papel crucial na construção da identidade timorense, destacando a ilha tanto do islamismo, predominante na região, quanto do calvinismo dos holandeses considerados "invasores". A influência da cultura portuguesa manifestou-se de maneira proeminente nos aspectos espirituais, como na esfera religiosa, linguística e artística. O Estado português não foi percebido como opressor, especialmente quando assumiu o papel de árbitro no poder econômico, que estava fortemente concentrado na comunidade chinesa. Além disso, o funcionalismo público era majoritariamente composto por timorenses ou por indivíduos metropolitanos que se integraram nas redes familiares locais por meio do casamento (IBIDEM).

No final do século XVIII, a decadência do comércio de sândalo, devido à sua escassez, acabou por gerar necessidade de diversificação na economia. Assim, nos primórdios do século XIX, os portugueses introduziram as culturas do café, algodão e cana-de-açúcar. Somente a partir da segunda metade do século XIX é que o café começou a predominar na economia colonial, substituindo o sândalo como a principal mercadoria de exportação (SARMENTO, 2007).

Entre 1816 e 1916, Portugal e Holanda reivindicavam possessões territoriais por meio de documentos políticos, que muitas vezes eram questionáveis, sendo frequentemente assinados por líderes locais. Enquanto as negociações diplomáticas ocorriam em Lisboa e Haia, as disputas entre as Índias Orientais holandesas e as Índias portuguesas eram resolvidas ao nível local. De maneira sintomática, em 1860, Afonso de Castro, o governador em Díli, declarava que "o nosso império nesta ilha não é mais do que uma ficção," e, mesmo que Portugal afirmasse ter controle sobre o território em 1912 e a Holanda em 1915, até o final do século XIX, a esfera de influência quer portuguesa, quer holandesa era muito limitada no interior timorense. No final do século XIX, a presença de ambos os poderes coloniais era extremamente restrita, e áreas consideráveis de Timor ainda se consideravam independentes, apesar do processo crescente de colonização. Frequentemente, eram organizadas expedições armadas de forma a manter o controle sobre os nativos. Assim, mesmo com o avanço

do processo de colonização, persistia, no final do século XIX, uma considerável autonomia em muitas regiões (IBIDEM).

Em 1975, aquando da invasão de Timor pela Indonésia, o fator “identificação”, neste caso com o povo português, foi fundamental para a separação entre os nativos e os invasores. Nesse contexto, a religião acabou por ter um peso significativo. A língua portuguesa acabou por ser acolhida como a língua da resistência. A correspondência entre os guerrilheiros era redigida nesse idioma, apesar das limitações inerentes a uma população predominantemente falante de tétum. Na altura em que foi alcançada a independência, o português obteve o estatuto de língua oficial, uma escolha que claramente favoreceu a preservação da "identidade lusófona". Conclui-se então que Timor é um exemplo de um país que surgiu da “interculturalidade”, originando uma nova identidade capaz de subsistir num contexto desafiador, constituindo-se como um enclave entre a Indonésia muçulmana e a Austrália, uma das principais nações de língua inglesa (COSTA e LACERDA, 2007).

É imprescindível destacar, contudo, que as narrativas acerca de Timor são predominantemente delineadas pelo paradigma ocidental, configurando-se como uma história concebida e interpretada a partir da perspectiva dos colonizadores, em particular pelas potências europeias. De fato, o conhecimento relativo à história de Timor-Leste a partir de uma perspectiva endógena é bastante escasso, concluindo-se que as vozes dos timorenses raramente foram devidamente consideradas ou amplamente reconhecidas (SARMENTO, 2007).

2.2 A independência de Timor-Leste

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que encerrou o regime do Estado Novo, ratificou o reconhecimento do direito à autodeterminação das colônias portuguesas. Com o intuito de facilitar o exercício desse direito, foi estabelecida em Díli, em 13 de maio do mesmo ano, a Comissão para a Autodeterminação de Timor. O Governo português concedeu autorização para a formação de partidos políticos, resultando na criação de três organizações partidárias em Timor-Leste: UDT (União Democrática Timorense), que advogava pela integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa; a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), posteriormente transformada em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), que defendia o direito à independência; e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense), que advogou uma autonomia transitória da Indonésia antes da independência (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, s.d.).

Deste modo, a independência de Timor-Leste foi proclamada pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975. Nesse contexto, a bandeira portuguesa foi substituída pela timorense. Xavier do Amaral assumiu a presidência, enquanto Nicolau Lobato foi designado primeiro-ministro. A Indonésia, sob o pretexto de salvaguardar a segurança dos seus cidadãos em território timorense, empreende uma invasão na porção leste da ilha e renomeia o território como Timor Timur, incorporando-o como sua 27ª província. Este movimento recebeu apoio tácito do governo estadunidense, que via a FRETILIN como uma organização com inclinações marxistas (IBIDEM). O que se seguiu foi descrito pelo jornal *Le Monde* como o “Vietnã silencioso”, referindo-se a um período de 25 anos de ocupação que resultou em aproximadamente 200.000 mortes, correspondendo a um terço da população timorense. Durante esse tempo, houve uma notável ausência de cobertura midiática.

No entanto, em 1975, o sentido de nacionalidade timorense ainda estava na sua infância e todo o período de ocupação indonésia constituiu, em larga medida, o momento de definição da identidade timorense. Paralelamente, e de forma notável, à medida que a agressão e massacre apoiados pelos Estados Unidos começaram a atingir proporções dramáticas e níveis de genocídio, a cobertura midiática diminuiu e as notícias na imprensa nacional estadunidense eram nulas. As organizações internacionais foram proibidas e Timor-Leste ficou isolado do resto do mundo. É notável que, apesar de nenhum país, exceto a Austrália, ter reconhecido a legitimidade da anexação, as Nações Unidas sempre consideraram este assunto como uma questão interna da Indonésia (SARMENTO, 2007).

3 A descolonização de Timor: o processo e as consequências

Efetivamente, quando a Indonésia invade o Timor português no mesmo dia, o Conselho de Ministros, presidido pelo Presidente da República, realiza uma reunião de urgência. Portugal emite um comunicado no qual condena veementemente a agressão militar indonésia, alegando que a Indonésia não respeitou o acordo firmado em Roma. Como resposta a esses eventos, Portugal corta de imediato as relações diplomáticas com a Indonésia. Além disso, expressa a intenção de recorrer à intervenção das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, para alcançar a cessação imediata da intervenção militar da Indonésia em território de Timor, tendo como objetivos principais uma solução pacífica e negociada para o conflito e o processo de descolonização, sob a égide das Nações Unidas (MENDES, 2012).

Com efeito, Portugal opta pela “internacionalização” da questão de Timor. A verdade é que a conjuntura política portuguesa na época se revelou uma fragilidade incapacitante, o que levou à imposição de poder por parte da Indonésia. Internamente, a questão foi constitucionalizada, enquanto externamente, o país jamais abdicou de suas responsabilidades político-jurídicas no âmbito do direito internacional. Fica evidente que Portugal sempre manteve a posição de que Timor era um território não autónomo, cujo processo de descolonização e autodeterminação precisava de ser concluído, interrompido de forma ilegítima pela invasão indonésia. A realidade é que Portugal hesitava em levar o assunto à Assembleia Geral, especialmente após a árdua aprovação da resolução em 1981 e a quase derrota de 1982. Durante esse período, é pertinente destacar a habilidade diplomática de resistência demonstrada por Ramos Horta. Com uma persistência notável, esse timorense circulava pelos corredores da ONU, impondo sua presença mesmo em situações não solicitadas, evocando sua posição não oficialmente reconhecida como representante da FRETILIN (IBIDEM).

Em 1991, o massacre ocorrido no cemitério de Santa Cruz, em Díli, trouxe visibilidade internacional à luta em Timor-Leste. Em Portugal, a apatia inicial deu lugar a um sentimento de compaixão quando imagens onipresentes de “outros” a serem massacrados adquiriram uma proximidade impactante ao serem associadas a uma chacina expressa em português. A língua transformou o “outro”, que era uma presença constante na programação televisiva diária, num “eu” ou algo próximo a isso, o que resultou numa indignação geral. As imagens que circularam pelo mundo ocidental motivaram protestos em massa nas principais cidades portuguesas, onde a aflição e a raiva, em muitos casos contidas por cerca de 30 anos, foram manifestadas (SARMENTO, 2007). Portugal promoveu um dia nacional de pesar em apoio aos timorenses desaparecidos e houve iniciativas menores e mais específicas da sociedade civil. A título de exemplo, diversas personalidades proeminentes da sociedade civil portuguesa assinaram uma carta aberta endereçada ao Presidente dos Estados Unidos, a manifestar oposição ao fato de os EUA terem reconhecido a soberania indonésia sobre Timor-Leste sem a realização de um verdadeiro ato de autodeterminação (MENDES, 2012).

Efetivamente, no âmbito global, pela primeira vez em mais de duas décadas, a supremacia hierárquica da Indonésia em relação a Portugal enfrenta uma reversão significativa. Ao longo de 17 anos, Xanana Gusmão destacou-se como o líder carismático e emblemático da resistência armada contra a presença indonésia. Em 1992, este é capturado, o que atrai a atenção internacional. Este momento, constituiu um forte golpe para a resistência. Este período de detenção não apenas fortaleceu sua liderança em relação aos timorenses, mas também proporcionou a oportunidade de emergir como um estadista internacional (IBIDEM).

Em 1996, José Ramos-Horta e o bispo de Díli, D. Ximenes Belo, foram laureados com o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento à sua incansável defesa dos direitos humanos e da independência de Timor-Leste. Dois anos mais tarde, em 1998, com a queda de Suharto após o declínio do "milagre econômico indonésio", Jusuf Habibie assumiu a presidência da Indonésia. Habibie surpreendeu ao concordar com a realização de um referendo que permitiria à população timorense expressar sua vontade: votar "sim" pela integração na Indonésia com autonomia ou "não" pela preferência da independência. Marcado para 30 de agosto de 1999, o referendo registrou uma participação massiva, com mais de 90% de envolvimento da população, o que refletiu a clara rejeição do povo timorense à proposta de autonomia apresentada pela Indonésia. Desta forma, Timor-Leste optou pela conquista formal da independência, marcando um momento histórico significativo para o país. O percurso árduo liderado por figuras como José Ramos Horta e D. Ximenes Belo, aliado à coragem do povo durante o referendo, solidificou a trajetória de Timor-Leste rumo à autodeterminação e soberania. O reconhecimento internacional, simbolizado pelo Nobel, destacou a importância da luta pelos direitos humanos e pela liberdade em um contexto desafiador (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, s.d.).

3.1 A reconstrução e os desafios pós-independência

No período pós-ocupação da Indonésia, o país estava totalmente destruído e viveu situações precárias de reconstrução, quer no âmbito social, político, econômico ou de infraestruturas, não tendo capacidade e recursos para sua governação própria. Dado esse contexto, Timor-Leste tornou-se um Estado alvo de ajuda e assistência internacional. A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), durante o período do governo transitório, foi patrocinado pela comunidade internacional, por meio do mandato da ONU com o Regulamento da UNTAET 28/2001 e no. 01/2002 e preparou a restituição do Estado República Democrática de Timor-Leste (RDTL), assim como a consolidação do primeiro governo constitucional democraticamente eleito. Ao mesmo tempo, entra em vigor a nova Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) (GOMES, 2015).

Ao analisar o *peacebuilding* promovido em território timorense em sua dimensão econômica, é possível notar uma intensa participação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), isto é, o FMI e o Banco Mundial. Portanto, desse modo, constituiu-se uma perspectiva de desenvolvimento capitalista nascida na Guerra

Fria e reestruturada no Consenso de Washington. Assim, essas instituições foram responsáveis pelo desenho da política macroeconômica, leis de gestão econômica e pela administração dos fundos destinados à reconstrução timorense. Contudo, as recomendações das IFIs não ajudaram na criação de um ambiente sem desigualdades, pobreza e acesso da população a melhores condições de vida. Observou-se a estruturação de mecanismos favoráveis a uma economia agroexportadora, vulnerável ao endividamento, com enfoque em investimentos no exterior, dependente da operação externa e com base na superexploração da mão de obra local. Essa conjugação de fatores tornou Timor-Leste em uma fonte de recursos que beneficiam a manutenção do lucro do centro do capitalismo e suas empresas. O Banco Mundial também tem um histórico controverso com o povo timorense, já que durante os 24 anos de ocupação indonésia, essa instituição manteve uma relação próxima com o presidente Suharto, fornecendo empréstimos ao seu regime (NEVES, 2006; ROCHA, 2022).

Desse modo, percebe-se que, do ponto de vista político global, os atores não-estatais com representações nos principais organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, têm pouco interesse em alterar seu poderio político e econômico exercido nos países em desenvolvimento, como Timor-Leste. De modo geral, as operações transfronteiriças são mergulhadas em interesses estratégicos, ultrapassando as soberanias dos Estados. Assim, os receptores dessas operações tornam-se obrigados a conviver com a realidade das discrepâncias políticas internas com imposições criteriosas de organização do Estado (GOMES, 2015).

Apesar de a organização estadunidense *Freedom House* classificar o país como livre atualmente, com transferências de poder pacíficas, essa considera que as instituições democráticas seguem frágeis e que disputas entre personalidades importantes da luta pela independência dominam as questões políticas. Assim, apoiado pelo líder da independência, Xanana Gusmão, Ramos-Horta do Congresso Nacional para a Reconstrução do Timor Leste (CNRT) é o presidente em exercício, após derrotar eleitoralmente o ex-guerrilheiro Francisco Guterres Lú-Olo, da FRETILIN. O atual primeiro-ministro é Gusmão, principal figura política timorense, que segue tendo um poder sem paralelo no país, indicando todos os candidatos a presidente com sucesso. Em 2023, para 63% da população local, Gusmão era o melhor líder político do país, sendo seguido por Horta com 27%. Ainda para 83%, Xanana Gusmão era uma figura pela qual elas tinham uma posição altamente favorável. É importante ressaltar que é difícil para uma geração sem o peso de ser parte da resistência ou diplomata internacional ganhar popularidade, já que grande parte da população timorense vive no meio rural, fora dos círculos sociais e políticos de Dili (O GLOBO, 2022; INTERNATIONAL REPUBLIC INSTITUTE, 2023).

Ademais, ainda há feridas sociais e políticas abertas, já que a ideia de criar um tribunal internacional para julgar os crimes foi abandonada, com as lideranças políticas pregando um olhar para o futuro e pesando a relação econômica com a Indonésia. Apesar disso, associações de sobreviventes da ocupação indonésia ainda reivindicam que o Estado timorense exija de Jacarta informações sobre o paradeiro de pessoas desaparecidas (GOMES, 2015).

4 A cooperação portuguesa atual em Timor-Leste

Em 2023, 61% da população timorense afirmou que o país está a caminhar na direção correta (INTERNATIONAL REPUBLIC INSTITUTE, 2023). Contudo, seguindo a vertente socioeconômica, um dos fatos históricos mais importantes de Timor-Leste foi o atraso e a estagnação econômica, os quais são, em grande parte, resultado da administração portuguesa, a qual não gerou qualquer benefício ao país (OLIVEIRA, 2000). Apesar de suas reservas e recursos petrolíferos, o Timor ainda se apresenta como um dos países mais pobres do mundo, ocupando o 140º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021 num total de 186 países (VISÃO, 2022). A expectativa de vida média é de 68 anos e o analfabetismo atinge os 40% da população adulta, segundo a ONU em 2018 (COUNTRYECONOMY, S.D.; TIMOR POST, 2021). Ressalta-se ainda a profunda desigualdade entre zonas urbanas (especialmente a capital Díli) e as zonas rurais, em relação a infraestruturas e serviços básicos. Em 2018, 49% das crianças com menos de 14 anos e 41,8% da população adulta viviam abaixo da linha oficial da pobreza (sendo a linha internacional fixada nos 40,45 dólares) (JN, 2019).

Apesar do Banco Mundial prever que o crescimento econômico em Timor-Leste acelere para 4,1% entre 2024 e 2025, devido ao alívio da inflação, a pobreza timorense apresenta-se como um fenômeno de diversas dimensões, as quais geram implicações no nível dos recursos financeiros disponíveis, do acesso à saúde, educação, saneamento básico, água e alimentação, afetando uma porcentagem populacional considerável, em especial a rural, feminina e infantil (RTP, 2024). Desse modo, observa-se que a realidade nesse país está muito longe dos objetivos de desenvolvimento humano sustentável e dos principais doadores, como Portugal, principalmente devido aos elevados níveis de pobreza, à falta de acesso a serviços básicos (em particular água e saneamento), infraestruturas ainda pouco desenvolvidas e oportunidades de emprego limitadas, dado o contexto de uma população jovem e em rápido crescimento (FREIRE, 2017). A título de exemplo, em 2021, 20% dos jovens timorenses entre os 15 e os 24 anos não estudavam, nem trabalhavam, uma taxa que não diminuiu desde 2010, causada por uma educação abaixo da média, por limitações na prestação de serviços de saúde e por uma ineficaz proteção social durante a infância e a

adolescência (JN, 2023). É nesse cenário que a cooperação portuguesa para o desenvolvimento tem-se situado.

4.1 A ajuda humanitária e os investimentos econômicos

Até à independência de Timor-Leste, o suporte português era pontual e político, estabelecido pelo Gabinete de Políticas Especiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Após 1999, iniciam-se relações mais aprofundadas e institucionalizadas de cooperação entre Portugal e Timor-Leste, com políticas desenvolvidas com base nas ligações históricas entre ambos (MESQUITA, 2004). Desde então, o país tem sido um dos principais beneficiários da ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento, sendo que o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2019-2023 prevê um envio financeiro de 70 milhões de euros para a implementação de programas (INSTITUTO CAMÕES, s.d.). Com estes valores, em conjunto com a Austrália, Portugal é o maior doador ao desenvolvimento de Timor-Leste (FREIRE, 2017).

Apesar de ter sua presença nacionalmente retratada como generosidade, como antigo governante colonial, Portugal tem a responsabilidade de reconstruir Timor-Leste (NEVES, 2006). Desse modo, a partir de 1999, as fases da cooperação portuguesa com Timor-Leste são definidas segundo as propostas do Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período da Transição e enquadradas nas atividades do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATTIL), um órgão criado para coordenar as atividades relacionadas aos programas de apoio a Timor-Leste. O CATTIL enfrentava problemas relacionados à falta de clareza legal e de autonomia financeira e administrativa, o que limitava a capacidade de atuação do órgão. Questiona-se a nomeação de um Comissário (e respetivo gabinete) sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao invés de um Comissariado mais bem estruturado (MESQUITA, 2004).

No pós-referendo, a cooperação portuguesa centrou-se, primeiramente, na definição de políticas e objetivos a curto-prazo com especial enfoque para a ajuda humanitária, principalmente por meio do financiamento de projetos de ONGs, como o repatriamento de refugiados e deslocados internos pela Organização Internacional das Migrações e *International Rescue Committee*, a assistência humanitária pela Cruz Vermelha ou o serviço de saúde da Ajuda Médica Internacional. Em 2002, com a independência timorense, Portugal redefiniu as prioridades, focando mais na reconstrução e no desenvolvimento do país. Dessa maneira, a cooperação portuguesa adotou o que foi definido nos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) (FREIRE, 2017).

Com base na avaliação territorial feita, o PIC 2004-2006 identificou três grandes eixos para atuação: (a) educação e reintrodução da língua portuguesa (em todas as instâncias de ensino); (b) a capacitação institucional do novo Estado, por meio da criação de assessorias em diferentes setores como a justiça e as finanças; e (c) o apoio ao desenvolvimento econômico e social da população, em especial a rural, através de ações e iniciativas que promovessem o emprego, apoio ao microcrédito, a criação de pequenas empresas, ou programas de abastecimento de água. Por sua vez, o PIC 2007-2010 teve o investimento financeiro em 60 milhões de euros, centrando-se em três grandes eixos prioritários de intervenção: (a) boa governação, participação e democracia; (b) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; e (c) a cooperação mais integrada, com enfoque no aumento da sustentabilidade, visibilidade e o impacto a longo prazo das intervenções (IBIDEM). Mais tarde, com a adoção do PEC, para o programa de 2019-2023, o enfoque voltou-se aos seguintes setores: (a) consolidação do estado de direito e boa governação; (b) educação, formação e cultura; e (c) desenvolvimento socioeconômico inclusivo (PEC, 2019).

Em 2024, Timor-Leste e Portugal assinaram um novo PEC 2024-2028, com apoio de 75 milhões de euros para áreas como da educação, governança e infraestrutura. O primeiro-ministro timorense, Xanana Gusmão, ainda destacou a suma importância dessa ajuda para o desenvolvimento do país e formação dos jovens, afirmando que a cooperação de Portugal é fundamental para superar os desafios de Timor-Leste (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2024).

Entre 2008 e 2012, a ajuda portuguesa concentrou-se na educação com cerca de 53% do total da ajuda e no setor relacionado ao governo e sociedade civil, com cerca de 31%. Por outro lado, os setores da saúde, agricultura e outras infraestruturas e serviços sociais receberam 7,9% da ajuda total. A agricultura foi um dos menores investimentos ao longo dos últimos anos, o que se configura como contraditório, já que o desenvolvimento do país depende das zonas rurais, onde se encontra a população mais empobrecida e marginalizada em relação à qualidade de vida e acesso a bens e serviços (FREIRE, 2017). Também de forma antagônica aos investimentos feitos, para 60% da população de Timor, o maior problema que o país enfrentava em 2023 era a economia, isto é, o alto custo de vida e o desemprego (NATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE, 2023).

Como é possível observar, Portugal tem concentrado esforços na educação como setor principal de apoio em Timor-Leste, com o objetivo de promover a língua portuguesa através do sistema educacional. Nas escolas de Timor-Leste, observa-se que o português tem ganhado destaque como a disciplina central em todos os níveis de ensino, enquanto o tétum é negligenciado, e outras matérias enfrentam dificuldades, pois são ministradas em uma língua que muitos professores e alunos ainda não dominam completamente. De forma semelhante, o Brasil atua em parceria

com Portugal, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, buscando também fortalecer a presença do português em Timor-Leste e promover alguma capacitação profissional (NEVES, 2006).

Para a maioria dos timorenses (51%) em 2023, setores como a segurança, saúde pública, educação, propriedade de terras, empregabilidade e a economia estavam estabilizadas, ou seja, não apresentaram qualquer avanço ou regressão (NATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE, 2023). O que corrobora com a avaliação do PEC 2011-2017. Segundo essa inspeção, quanto à eficiência da ajuda, no geral, os processos de tomada de decisão são muito centralizados em Lisboa, com pouca autonomia local, o que implica em atrasos na implementação das intervenções. Enfatiza-se ainda os insistentes problemas de coordenação, quer em Timor-Leste, quer na cooperação portuguesa, assim como lacunas sobretudo nas intervenções do setor da educação, idealizadas isoladamente, sem visão estratégica. Sendo Timor-Leste, um país independente há apenas 15 anos, há a massiva falta de capacitação em todas as áreas do Estado, desde a criação dos quadros legais e reguladores das instituições até à formação geral e especializada dos recursos humanos. O modelo de desenvolvimento de capacidades da cooperação portuguesa falha ao propor especializações, devido às carências na formação base dos timorenses, o que gera a morosidade no processo de apropriação e autonomia. As dificuldades ao nível da apropriação das intervenções estendem-se a todos os setores, assim como na sustentabilidade institucional e técnica. O contributo no desenvolvimento rural foi inconsistente, em especial devido ao nível da capacitação das comunidades rurais e de resistência na adoção de novas práticas de produção agrícola e florestal, exigindo uma nova estratégia para demonstrar os potenciais benefícios às novas gerações de agricultores. Ademais, apresentam-se outras dificuldades ligadas ao excesso de burocracia, complexidade dos processos, elevada rotatividade de recursos humanos na sede e ausência de sistemas integrados de gestão e informação (INSTITUTO CAMÕES, 2018).

De forma geral, observa-se a falta de clareza na definição de prioridades e na forma como a ajuda tem sido implementada, já que não se leva em conta a avaliação do impacto das estratégias adotadas, o que prejudica a obtenção de resultados mais contundentes. De acordo com Mesquita (2004), as opções adotadas tendem a favorecer a resposta mais rápida e fácil, porém há responsabilidades às quais Portugal não pode fugir. Se houve o investimento em determinados projetos, essas escolhas têm consequências, as quais ao serem avaliadas não podem se repetir se comprovadas ineficientes. Destaca-se ainda, como principais limitadores da cooperação portuguesa, a não transferência atempada das verbas para o financiamento dos projetos, a não contratação de mão-de-obra local e a reduzida delegação de competências no terreno (CARDOSO ET AL., 2012).

Segundo Neves (2006), o fato da ajuda internacional em Timor-Leste incluir não apenas recursos financeiros, mas também a presença de agências e funcionários estrangeiros com uma visão diferente da realidade local prejudica a eficácia do apoio de Portugal e demais países envolvidos. Embora o governo timorense assine contratos, o controle efetivo dos fundos permanece nas mãos dos doadores, limitando o papel de Timor-Leste a funções simbólicas. Essas agências não são obrigadas a prestar contas à população local, o que faz com que seus interesses prevaleçam sobre as necessidades timorenses e gere desconfiança entre os cidadãos locais. Essa conjuntura vem a enfraquecer o protagonismo nacional na construção de Timor, levando a uma perda de sentimento nacionalista que foi forte na época da resistência. Ressalta-se ainda que, em 2023, grande parte da população local (39%) considerava que os Estados Unidos era o país com maior influência em Timor e em níveis de confiança Portugal (64%) figurava atrás de Austrália (68%) e Estados Unidos (69%) (NATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE, 2023).

5 Conclusão

O artigo que aqui finda procurou responder à questão de investigação previamente enunciada e que aqui recordamos: "Quais são os impactos preponderantes resultantes do legado colonial e da contribuição contemporânea de Portugal em Timor-Leste?". Depois de analisarmos as consequências resultantes do passado imperialista português, podemos concluir que a identidade portuguesa se diversificou em casamentos interculturais, o que acabou por gerar uma forma de nova cultura capaz de distinguir, nos dias de hoje, Timor-Leste, por exemplo, da Indonésia muçulmana. Embora tenha ocorrido uma transição para a independência e tenham surgido outras influências culturais ao longo dos anos, a herança portuguesa permanece como um elemento integral da identidade cultural de Timor-Leste. Esta fusão de culturas contribui para a riqueza e diversidade da sociedade timorense, formando uma narrativa única que une o passado colonial ao presente independente.

Como segunda grande conclusão, verificamos que Timor-Leste enfrentou desafios significativos após a independência em 1999, com a destruição generalizada e dependência da assistência internacional. Desse modo, a cooperação portuguesa desempenhou um papel relevante no cenário socioeconômico de Timor-Leste, com investimentos significativos e ênfase em setores como educação, capacitação institucional e desenvolvimento socioeconômico. No entanto, a eficácia desses esforços foi prejudicada por desafios como centralização decisória, falta de autonomia local, burocracia excessiva e falta de clareza na definição de prioridades. Apesar dos

esforços, Timor-Leste continua a enfrentar desafios consideráveis, como altos níveis de pobreza, desigualdades regionais, falta de acesso a serviços básicos, oportunidades limitadas de emprego e a desconfiança entre a população em relação a Portugal e sua ajuda humanitária. A cooperação portuguesa, embora represente um contribuinte para o desenvolvimento, enfrenta críticas quanto à falta de um real impacto e à necessidade de uma abordagem mais estratégica e sustentável.

Referências

CARDOSO, F.; FERREIRA, P.; SEABRA, M. **Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento**. Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, IEEI, 2012.

COSTA J. & LACERDA T. **A interculturalidade na Expansão Portuguesa** (Séculos XV-XVIII), 2007. Disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_Expansao_Portuguesa.pdf/a3062010-2675-4c1b-9367-e3b7bb460a1a. Acesso em 24 mar. 2024.

COUNTRYECONOMY. **Timor-Leste**, s.d.. Disponível em <https://pt.countryeconomy.com/paises/timor-leste>

FREIRE, D. Para além das cinzas: uma avaliação crítica da cooperação portuguesa para o desenvolvimento em Timor-Leste. In FREIRE, M. (Coord.), **Consolidação da paz e A sua sustentabilidade: As Missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p.97-119, 2017.

GOMES, D. Timor-Leste e os desafios do século XXI – o Projeto Mar. **Povos E Culturas**, v.19, 2015, p.383-405.

GOVERNO DE TIMOR-LESTE. **História**, s.d.. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=29>. Acesso em 24 mar. 2024.

GOVERNO DE TIMOR-LESTE. Novo Programa de Cooperação entre Timor-Leste e Portugal Garante Investimento em Áreas Estratégicas até 2028, 2024. Disponível em <https://timor-leste.gov.tl/?p=40213&n=1>. Acesso em 11 nov. 2024

INTERNATIONAL REPUBLIC INSTITUTE. National Survey of Timor-Leste (February - March 2023), 2023. Disponível em https://www.iri.org/wp-content/uploads/2023/05/TLS-23-NS-01-PPT_Public-Distribution_final_5_4.pdf. Acesso em 12. nov. 2024.

INSTITUTO CAMÕES. **Timor-Leste**. S.D. Disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-paises/timor>. Acesso em 24 mar. 2024.

INSTITUTO CAMÕES. **Avaliação do Programa de Cooperação Portugal - Timor-Leste (2011-2017)**, 2018. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/sobre_nos/Relat%C3%B3rio_Final.pdf Acesso em 24 abr. 2024.

INSTITUTO CAMÕES. **Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Timor-Leste 2019-2023**, 2019. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_Portugal-Timor-Leste_2019-2023.pdf Acesso em 24 abr. 2024.

JN. **Quase metade das crianças timorenses vive abaixo da linha da pobreza**, 2019. Disponível em <https://www.jn.pt/mundo/amp/quase-metade-das-criancas-timorenses-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza-10882623.html/>. Acesso em 21 abr. 2024.

MENDES, P. **Poder e as Ideias na política externa do Portugal Democrático: o caso de Timor** [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova, 2012. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/8394> Acesso em 20 abr. 2024.

MESQUITA, A. **A cooperação internacional para o desenvolvimento na viragem do século: a cooperação portuguesa em Timor-Leste** [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Biblioteca Francisco Pereira de Moura, 2004.

NEVES, G. The Paradox of Aid in Timor-Leste. Apresentado no seminário "Cooperação Internacional e a Construção do Estado no Timor-Leste". Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <https://www.laohamutuk.org/reports/06ParadoxOfAid.htm>. Acesso em 11 nov. 2024.

OBSERVADOR. **Cerca de 20% dos jovens timorenses não estudam, nem trabalham**, 2023. Disponível em <https://observador.pt/2023/11/14/cerca-de-20-dos-jovens-timorenses-nao-estudam-nem-trabalham/>. Acesso em 21 abr. 2024.

O GLOBO. **O Desenvolvimento é desafio do Timor-Leste anos 20 anos da Independência**, 2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/desenvolvimento-desafio-do-timor-leste-aos-20-anos-da-independencia-1-25509899>. Acesso em 21 abr. 2024.

OLIVEIRA, D. Depois das Lágrimas: a reconstrução de Timor-Leste. In Jill Jollife (Coord.), **Construir uma sociedade justa (II)**. INDE, Intercooperação e Desenvolvimento, 2000, P.65-78.

PORTAL DIPLOMÁTICO. **História Diplomática: Timor-Leste**, s.d.. Disponível em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=446:timor-leste&catid=119:relacoes-diplomaticas>. Acesso em 21 abr. 2024.

ROCHA, F. **Dependência e Reconstrução Pós-Bélica Análise da Dimensão Econômica do Peacebuilding no Timor-Leste** [Master's thesis, Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. Repositório Institucional da UNILA, 2022. <http://dspace.unila.edu.br/123456789/6888>

RTP. **Banco Mundial prevê que Timor-Leste cresça 4,1% em 2024**, 2024. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/banco-mundial-preve-que-timor-lestes-cresca-41-em-2024_n1553353. Acesso em 21 abr. 2024.

SARMENTO, J. **Paisagem e identidade na construção da nação timorense**. Figueirinhas, 2007. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60141/1/2007%20Geografias%20P%c3%b3s-coloniais%20-%20Timor.pdf>. Acesso em 21 abr. 2024.

TIMOR POST. **Analfabetismo atinge mais de 30% da população timorense adulta**, 2021. Disponível em <https://timorpost.com/jeral-tl/tp-17851/analfabetismo-atinge-mais-de-30-da-populacao-timorense-adulta/>. Acesso em 21 abr. 2024.

VISÃO. **Timor-Leste é o país lusófono com distribuição de rendimentos mais justa – ONU**, 2022. Disponível em <https://visao.pt/atualidade/mundo/2022-09-08-timor-lestes-e-o-pais-lusofono-com-distribuicao-de-rendimentos-mais-justa-onu/>. Acesso em 21 abr. 2024.

.



The Portugal-East Timor relationship: The colonial legacy and current vissitudes

ABSTRACT:

This paper investigates the predominant impacts of Portugal's colonial legacy in East Timor and Portugal's current economic contribution and investment in the country. Throughout this article, the question addressed in this paper is: "What are the predominant impacts resulting from Portugal's colonial legacy and contemporary contribution to East Timor?". The aim of this research is to fill a gap in the literature by assessing both the colonial impacts that Portugal had on East Timor and its modern contributions to the nation. The analysis concludes that the Portuguese heritage remains an integral element of East Timor's cultural identity, contributing to the richness and diversity of Timorese society. In terms of current Portuguese cooperation, it is evident that it has played a significant role in the socio-economic landscape of Timor-Leste. However, this cooperation has faced criticism due to its perceived lack of substantial impact, the necessity for a more strategic and sustainable approach, and a growing sense of distrust among the local population.

KEYWORDS:

Colonial legacy;
East Timor;
Portugal;
Portuguese cooperation.